

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GLOBALIZAÇÃO¹

Adriano Moreira

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa

Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Comecemos por chamar a atenção para a necessidade de prestar algum cuidado à permanência da semântica para além da mudança da realidade, sendo frequente que a designação se mantenha com uma total mudança de conteúdo. Quando falamos de *relações internacionais*, rigorosamente estamos ligados a uma conceção que apenas correspondeu a um projeto ideológico que tomou relevo depois da guerra de 1914-1918, com os 14 Pontos do Presidente Willson dos EUA, ao incluir no projeto de paz o princípio de que – *a cada nação deve corresponder um Estado*.

De facto, não apenas o conceito de Nação apenas ganhou real importância depois da Revolução Francesa, de acordo com o axioma de Lord Acton, segundo o qual a regra é que o Estado preceda a Nação, e não que a Nação preceda o Estado. Na orientação de raiz francesa, divulgou-se o pensamento europeu que coloca em evidência a solidariedade baseada na história passada e vivida em comum, a vontade de viver em comum, e decisão de lutar por um futuro comum; talvez porque a campanha napoleónica destruiu muita da estrutura monárquica mas plural da Alemanha, fez carreira o pensamento que viria a evidenciar a identidade étnica como fonte da solidariedade do povo acima das decisões políticas, em regra monárquicas, ficando célebre a anotação de Goeth, sobre a batalha de Valmy, onde os soldados gritavam *viva a França* e não *viva o Rei*.

O facto é que, não obstante o projeto napoleónico ambicionar uma coexistência entre os modelos *Nação-Estado* e *Supremacia Napoleónica*, e ainda o facto da sua derrota e exílio pela frente legitimista, a evolução viria, com os citados pontos de Willson, a destruir os impérios europeus em 1918: Alemão, Austro-Húngaro,

¹ Conferência de Encerramento do Seminário de Relações Internacionais, realizado na Academia Militar no âmbito da Unidade Curricular - Teoria das Relações Internacionais (4ºAno/Armas) para o Exército e GNR_26 de junho de 2015.

Russo, Turco, fazendo da Nação o elemento politicamente dominante, não obstante existirem, ou em curso, outras definições de solidariedade mais vastas, como ocidentalismo, cristandade, e até etnicidade. De facto, continuou a existir uma espécie de contradição entre *país* (country) e *Estado-Nação*, porque nem todos os que passaram a existir assentavam naquela realidade tornada superior, porque os Estados-multiétnicos continuaram a existir.

A crise atual da União Europeia, em que se inclui o fenómeno das *pequenas pátrias* clamando por independência, soberania, e reconhecimento, como acontece em Espanha, na Inglaterra, na França, mostra que o problema permanece e inquieta. Mas o facto é que o valor cívico e semântico da Nação passou também a caracterizar quer movimentos políticos, quer da sociedade civil. É assim que vamos encontrar realidades como o *sovietismo nacional* que Kaarl Kadek lançou em 1919 com o objetivo de reconciliar o bolchevismo com o nacionalismo, que esta última expressão exprimiu a fidelidade e orgulho de pertencer a uma *nação* cuja existência e interesses eram considerados estratégicos e superiores aos privados, depois o *nacional socialismo*, que também apareceu em 1919, viria a servir de lema ao partido que conduziu Hitler ao poder, implicou a investigação e até luta pelo *interesse nacional* que assegure a sobrevivência da Nação, e que finalmente designasse o que os economistas chamaram *National Income*, e os partidos socialistas inscrevessem nos programas a *nacionalização* entendida como aquisição pelo Estado da gestão de atividades e bens antes a cargo da iniciativa e responsabilidade privadas.

Tudo se traduz em que o valor representado pela *realidade nação* atingiu uma abrangência semântica que não tem necessariamente como conteúdo a realidade comunitária chamada *Nação*, mas passou também a designar as relações entre as soberanias, ainda que estas fossem multinacionais, multiétnicas, ou multirreligiosas. O que foi exigido pela doutrina foi que, como doutrinou Blackstone, nos seus *Commentaries on Laws of England* (1765-70), "... *There is an must be in every state a supreme, irresistible, absolute, and uncontrolled authority, in which the right of sovereignty resides*".

É corrente admitir que o *nacionalismo*, que referimos como doutrina e prática que têm a supremacia da *nação* como valor político cimeiro, foi impulsionado pela vontade dos povos contra o projeto Napoleónico de subordinar a Europa, e designadamente a unificação imperial da Alemanha deve-lhe contribuição, mas o facto é que a relação entre os Estados ganhou a definição de *relações internacionais*, ainda que a realidade implicasse *soberanias multinacionais*: este facto deu autonomia ao conceito de *cidadania*, e que o *Estado em movimento*, no sentido de submeter territórios e povos a um regime colonial, exigisse novos conceitos como *nativos*, *índigenas*, *escravos*, mas, sobretudo, em consequência das chamadas guerras-mundiais, de 1914-1918 e 1939-1945, a busca da soberania mais afirmou – *deixem passar o meu povo* – para acabar com a submissão colonial do que invocou a *nação* que não era a natureza desses povos.

A primeira chamada Grande-Guerra, que terminou coberta pelos 14 Pontos de Willson – e do princípio Nação-Estado, criou uma organização Supranacional que foi a Sociedade das Nações: *a realidade supranacional* recebia forma pela aceitação de uma doutrinação secular que a vaticinava para os ocidentais, dando até origem ao que alguns autores chamam *Escola Ibérica da Paz*, mas a nova realidade não apagou a expressão complexa das chamadas relações internacionais. Todavia foram as referidas *Grandes Guerras*, a primeira extinguindo os Impérios europeus (Alemanha, Austro-Hungria, Rússia, Turquia) e a segunda os *Impérios Coloniais* de frente atlântica (Holanda, Bélgica, Inglaterra, França, Portugal), que talvez devam ser consideradas entre as causas do que hoje chamamos *globalismo*. Não foi apenas o facto de o conflito militar ter abrangido a totalidade do globo. Usando o texto organizado por Robert Gerwarth e Erez Manela (*Impérios em Guerra*, Lisboa, 2014), notemos que “... o choque entre as potências europeias é visto em todo o seu contexto global como um combate travado por todo o mundo e que envolveu muitas sociedades mundiais...”. O que falta é o ponto de vista dos periféricos do império. Como é que australianos, canadianos, índios, sul-africanos, islandeses, camaroneses, gentes das Índias Ocidentais, birmanicos, tibetanos, e muitos outros, viveram, perceberam e reagiram à guerra?

A resposta, de maiores consequências, foi a descolonização do século XX com a presidência da ONU, por esta razão que os mesmos autores citam: os contingentes recrutados entre as populações submissas aos Impérios, e que vieram sacrificar-se aos milhares nas frentes defendidas pelas respetivas soberanias, “... puderam partilhar histórias de vida na sua parte do Império, destacando as diferentes experiências não só nos domínios mas também entre soldados dos domínios e os de outras regiões do Império...”.

Em suma, os *súbditos* colonizados e submetidos aprenderam que os *brancos* imperiais também eram vencíveis, que a liberdade podia contra eles ser obtida mais a soberania igual entre os Estados do mundo, não invocando sempre o valor da Nação que não era seu, mas simplesmente exigindo – Deixem passar o meu povo: Mandela, Gandhi, para invocar os que demonstraram vencer cultivando a santidade, ou Mao Tsé-Tung recorrendo às armas, servem de referência para que a expressão Relações Nacionais passasse a incluir novas realidades políticas, estas sem que o valor Nação existisse na sua realidade nova que era a do supranacionalismo que a ONU herdou e reforçou como herança da extinta Sociedade das Nações. Destaquemos, para fins apenas da exposição, alguns elementos relacionados com os textos da ONU e os factos, tal como os autores imaginaram que seriam controláveis pelo enquadramento normativo:

- 1) Estava presente que a guerra fora mundial;
- 2) Foi aceite que o *regime colonial* era inviável para o futuro;
- 3) Afirmaram a *igualdade dos Estados*, não das Nações porque este não era um conceito abrangente de todos os povos que seriam libertados;

- 4) Afirmaram o *ideal da paz*, embora reconhecendo a legalidade de algumas cinco formas de guerra, como a legítima defesa, a luta pela independência, a intervenção ordenada pela própria ONU;
- 5) Todavia, aceitaram que alguns Estados eram mais iguais que os outros, guardando o direito de veto para os EUA, a França, a Inglaterra, a URSS, e a China representada inexplicavelmente pela Ilha de Taiwan;
- 6) Os textos da Carta e a da Declaração de Direitos foram escritos por mãos e critérios ocidentais.

O resultado mais perturbador foi que a chegada à organização das áreas libertadas pelo anticolonialismo, e que pela primeira vez falavam, com liberdade de palavra, ao mundo, não entendiam os preceitos com sentido igual: basta lembrar os conceitos de propriedade, que os EUA e a URSS assumiram, o *conceito de família*, que todos subscreveram como fundamental, e o papel das *Religiões* às quais os Césares signatários reconheceram inteira liberdade.

Na evolução posterior os ocidentais e a URSS definiram uma Ordem dos Pactos Militares (NATO – VARSÓVIA) que durou meio século, de guerra improvável e paz impossível (Aron), adotaram uma política de metades (Duas meias Europas, Duas Alemanhas, Duas Cidades de Berlim, Duas Coreias, Dois Vietnames). Chegaram à Queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, e adotaram euforicamente um inesperado *neoriquismo*, que levou à crise económica e financeira presentes, com estas consequências, entre outras:

- 1) Um inegável globalismo, de que adianta falarmos com mais detalhe;
- 2) Duas Europas, uma Rica e outra Pobre, esta fazendo reaparecer o *Limes Romano*, com Chipre, Grécia, Itália, Espanha, Portugal, com o amor europeu em decadênci a e esquecimento dos santos fundadores que foram os chefes de governo da França, da Alemanha, e da Itália, com os partidos nacionalistas a florescerem, com as pequenas pátrias a emergirem, com os pobres, os jovens, e os qualificados a imigrarem em busca de trabalho, pão na mesa, e futuro, com as autoridades da ONU em pouso (o Conselho Económico e Social nunca foi consultado), com os povos esgotados pela fadiga tributária, pelo desemprego, pela falta de esperança, com o Mediterrâneo transformado em cemitério, com o “Estado Islâmico, do Iraque e do Levante” a comunicar ao mundo que irá destruir a nova Roma, e recuperar os territórios perdidos há séculos, e de caminho liquidando as comunidades cristãs, deixando sem resposta esta pergunta: *a Europa está em paz, ou em guerra*, que lhe declararam com o terrorismo a crescer, as armas que buscam “zero mortos” em multiplicação, e finalmente “guerra por toda a parte”, designadamente do Cairo ao Cabo.

Em guerra ou anúncio dela, o certo é que a regulação do globalismo da ONU, a partir do Conselho de Segurança, com a anunciada política de prevenção, intervenção, e pacificação, defronta pelo menos os seguintes desafios dos factos:

As chamadas potências do tempo da sua fundação, cujo poder se media pela capacidade militar, e cujo privilégio de *veto* resultava da glória assumida de imaginarem terem ganho a guerra, quando apenas não a tinham perdido, enfrentando a redefinição do poder pela estratégia, ciência militar, a ter de ser ainda medido pela superioridade dos poderes financeiro e económico, afetados estes pelo domínio colonial perdido das matérias primas e dos mercados dos produtos acabados, além do poder de impor salários e regimes de trabalho exploratórios com essa perda imperial, aparecendo ainda uma componente nova, que é a *estratégia do saber*; depois os emergentes, como a China colocada, por analistas como Jean-Luc Domenach, entre os *soft power* e *hard power*, mas tendo *mostrado a bandeira* no mar de que há séculos se retirara guardando a bussola de sua invenção; a dinâmica islamita no mundo árabe com a correspondente crescente islamofobia nos ocidentais; proliferação das armas ligeiras e da privatização da guerra com centenas de milhares de crianças a combater do Cabo ao Cairo; o terrorismo de Bin Laden a evolucionar para Estado Islâmico do Iraque e do Levante; as mafias e outras criminalidades a exceder todas asseguranças; com os centros de decisão ignorados, ou sem cobertura legal como se passa com o G20. Para não alongar mais esta exposição, saliento:

1) o globalismo é visível porque os problemas antes da jurisdição interna, evolução naram para *internacionais*, estes para *transnacionais*, e todos progressivamente para subordinados a *exigências globais*; as tentativas de racionalização, que nasceram com a ONU, viram essas instituições encaminharam-se para a *passividade*, bastando lembrar que a crise económica e financeira mundial não fez convocar o Conselho Económico e Social, e que a pobreza crescente, que sobretudo atinge os nossos trabalhadores, não viu renascer a intervenção do BIT;

2) a nova hierarquia das potências inspirou *Regionalismos*, como é o caso da União Europeia: mas esta enfrenta a crise, e a divisão marcada pelo *Limes Romano* renascido, sem ter conceito estratégico, e com evidentes dificuldades de decidir-se entre *uma Alemanha Europeia ou uma Europa Alemã*, entre ser a Grécia um problema europeu ou apenas grego com as alterações de solidariedade imagináveis, ao mesmo tempo que acrescenta aos temas do globalismo a questão dos *conflictos entre a memória e os tratados*.

O caso da Alemanha tem aparentemente que ver com não ter esquecido a *memória imperial* e a vocação do diretório, assim como o anunciado *Império do Meio* de Putin parece ter que ver com o facto de a Igreja Ortodoxa Russa, quando os turcos chegaram às portas de Viena, ter declarado: a I Roma caiu, a II Roma caiu, a III

Roma não cairá. O discurso de Putin que afirma que a *fronteira de interesses* da atual Rússia vai além da *fronteira geográfica*, tem demonstração na situação da Ucrânia: o falhado partenariado entre a Rússia e a Europa, o poder militar chinês, a capacidade americana virada sobretudo para a Ásia e Pacífico, o crescimento da Índia, a desordem do crescimento do poder nuclear (Irão), as desordens migratórias, tudo pode resumir-se no *Outono Ocidental*, com esta pergunta: será que o Estado ainda é a invenção capaz de governar?

Por tudo, conviria meditar seriamente sobre a *dimensão e partilha do saber*, que os EUA autonomizaram. Isto porque tendo criado a denominação do *globalismo* a partir dos efeitos, designadamente que mais de metade dos Estados filiados na ONU não tem sequer capacidade para responder aos desafios da natureza (terremotos, tsunamis, inundações, pestes), não conhecemos a estrutura interna da real situação, isto é, as redes que se multiplicam, a maneira como interferem, a coincidência ou não concordância entre as fronteiras de interesses que, tal como no passado, tenderão para alterar a geografia da “*terra casa comum dos homens*”, sabendo que a relação dos homens com ela tende para deficitária. Por isso, a quarta dimensão da Universidade, em sentido amplo, tende para *global*, isto é, ultrapassar a experiência da interdisciplina do século passado pela transdisciplina capaz de preencher eficazmente as capacidades do saber e do saber fazer, para reinventar uma nova ordem, antes que a desordem vigente apague os passos na areia que as gerações passadas deixaram como legado.

Lisboa, 26 de junho de 2015